SinPro Rio 2025

Um panorama da História da luta dos Professores no Rio de Janeiro a partir do Projeto Memória do Sinpro-Rio (1931-1987)

Natasha Mosley[1]
Pedro Cheuchi[2]

Resumo:

Desde maio deste ano, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio) vem desenvolvendo um novo Projeto Memória. A equipe composta por Natasha Mosley (historiadora e mestranda em História pela UNIRIO) e Pedro Cheuiche (sociólogo e Mestre em História pela UFF) tem atuado nos arquivos da sede do Centro, debruçando-se sobre diversos vestígios do passado do Sindicato, como edições dos jornais "Folha do Professor", fotos, boletins, além de documentos oriundos de outros meios, como o relatório da Comissão Nacional da Verdade. O objetivo do projeto é elaborar um memorial em homenagem aos 93 anos do Sinpro-Rio, reconstruindo a longa história de luta em prol da organização do professorado, dos direitos da categoria, do ensino público de qualidade, dos setores oprimidos e da educação. Por meio desse artigo, pretende-se apresentar um panorama da pesquisa a partir de dois marcos fundamentais: a fundação da entidade em 1931 e a convenção coletiva de 1987.

Palavras-chave: sindicalismo; história da educação; professores; jornal sindical; sindicalismo docente.

[1]Mestranda em História - UNIRIO

[2] Mestre em História - UFF

Os trabalhos do Grupo Memória Sinpro-Rio iniciaram com a organização e análise dos documentos presentes nos arquivos da sede do Centro. Centenas de fotografias de diversos períodos da história do sindicato foram esquematizadas por décadas, de modo a facilitar a identificação do contexto em que foram produzidas. No entanto, a vasta maioria das fotos não possui qualquer tipo de informação a respeito do local ou data em que foi tirada, exigindo que o reconhecimento destas seja realizado por meio da História Oral – isto é, a partir de relatos daqueles que vivenciaram tais eventos ao longo da trajetória do Sinpro-Rio. Tal metodologia também foi empregada para obter informações específicas sobre determinados momentos da trajetória do Sinpro-Rio, sobretudo acerca daqueles considerados mais notórios pelos membros do Sindicato. As edições do periódico "Folha do Professor" também foram reorganizadas: com edições datadas desde sua criação até meados dos anos 2010, os jornais foram sistematizados em ordem cronológica nos arquivos, sendo analisados um por um até o ano 2000 – onde foi possível avançar a pesquisa durante o período de trabalho.

A realização de leituras e fichamentos de uma bibliografia específica sobre a História do sindicalismo no Brasil – com ênfase no da categoria docente – também compôs este quadro inaugural de atividades, mantendo-se como um ofício vigente até o momento. Artigos, dissertações e teses fornecem um vasto arcabouço teórico e historiográfico sobre o movimento sindical, a organização do professorado e a trajetória da educação no Brasil, auxiliando no exame das fontes primárias presentes nos arquivos do Sinpro-Rio. O estudo da legislação sindical e trabalhista também constitui um estágio importante das pesquisas, denotando a historicidade dos instrumentos jurídicos sobre o tema mediante a conjuntura em que subsistiram.

As pesquisas do Projeto Memória seguem uma metodologia baseada numa ordem cronológica, tendo sido inauguradas pela análise de documentos da origem do Sinpro-Rio. Fundado no dia 31 de maio de 1931, o então "Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Commercial do Districto Federal" foi a primeira entidade sindical de docentes do Brasil. Desde sua criação, representa a categoria dos professores que atuam nos

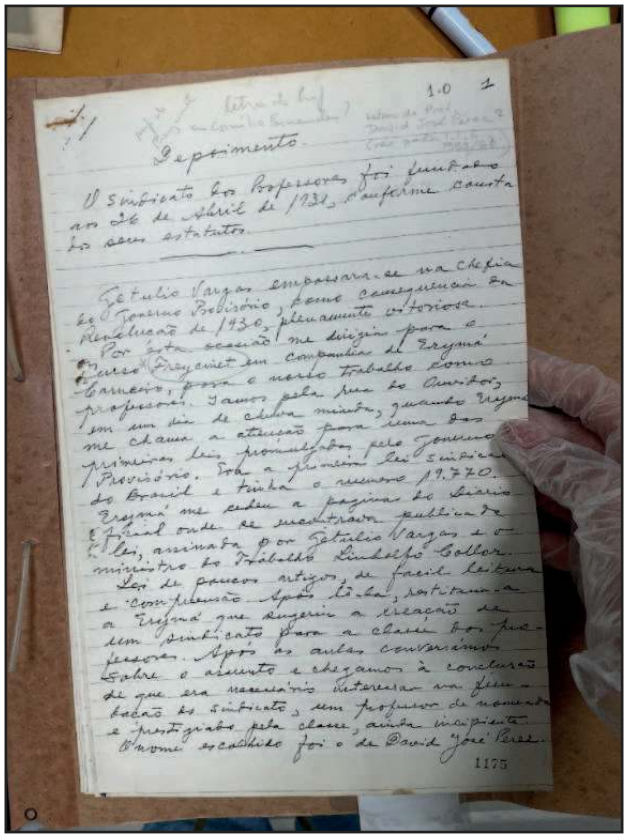
estabelecimentos particulares de ensino. Alguns sindicatos de formulação anarquista haviam surgido anteriormente, mas não se firmaram, segundo Ricardo Coelho (1988), o alinhamento ao sindicalismo oficial deu sustentação superior à existência do Sinpro.

Sobre este mesmo período, foram analisadas as primeiras atas de reuniões realizadas pelo Sindicato, nas quais se elaborou o estatuto de fundação e se organizou a eleição da primeira diretoria. O estatuto de fundação é um importante vestígio do passado: nele discorre-se sobre os pilares da entidade, definindo seu funcionamento, deveres e a fiscalização de suas atividades. Também exprime-se, de forma bastante nítida, a conformidade para com a incipiente legislação sindical, o que também é corroborado por uma Carta denominada "Depoimento" de Cornélio José Fernandes, presidente do Sinpro de 1932 a 1933 e 1º secretário geral do sindicato durante a 1º e 2º presidências. Ele detalha que a motivação da fundação do Sindicato estava justamente na promulgação da nova Lei Sindical, do mesmo ano, em 1931:

> Getúlio Vargas empossara-se na chefia do Governo Provisório, como consequência da revolução de 1930, plenamente vitoriosa. Por esta ocasião me dirigia para o Curso Freycinet em companhia de Erymá Carneiro, para o nosso trabalho como professores. Íamos pela rua do Ouvidor, em um dia de chuva miúda, quando Erymá me chamou atenção para uma das primeiras leis promulgadas pelo governo provisório. Era a primeira lei sindical do Brasil e tinha o número 19.770. (...) Lei de poucos artigos, de fácil leitura e compreensão. Após lê-la, restitui a Erymá que sugeriu a criação de um sindicato para a classe dos professores".

Neste mesmo depoimento, é possível identificar uma das primeiras reivindicações do Sindicato. Segundo Fernandes, "o problema mais grave e mais premente da classe era a não percepção de salários durante as férias. Ninguém recebia mais do que oito meses de salário por ano, na melhor hipótese".

Figura 1: Carta "Depoimento" de Cornélio José Fernandes



Depoimento

O Sindicato dos Professores foi fundado aos 26 de Abril de 1931, conforme consta dos seus estatutos.

Getulio Vargas empossara-se na chefia do Governo Provisório, como consequencia da Revolução de 1930, plenamente vitoriosa.
Por esta occasião me dirigia para o Curso Freycinet em companhia de Erymá Carneiro, para o nosso trabalho como professores. Iamos pela rua do Ouvidor, em um dia de chuva miuda, quando Erymá me chama a atenção para uma das primeiras leis promulgadas pelo Governo Provisório. Era a primeira lei sindical do Brasil e tinha o numero 19.770. Erymá me cedeu a pagina do Diario Oficial onde se encontrava publicada a lei, assinada por Getulio Vargas e o ministro do Trabalho Lindolfo Collor.
Lei de poucos artigos, de facil leitura e compreensão. Após lê-la, restituiu-a a Erymá que sugeriu a creação de um sindicato para a classe dos professores. Após as aulas conversámos sobre o assunto e chegamos à conclusão de que era necessário interessar na fundação do sindicato, um professor de nomeada e prestigiado pela classe, ainda incipiente.
O nome escolhido foi o de David José Perez.

1175

MOSLEY, Natasha. Depoimento. 23 set. 2024. Foto.

A primeira conquista dos professores se deu em unidade com os estudantes, contra as chamadas "taxas de ensino", que obrigavam o pagamento anual para a realização de provas. Esse ponto demonstra que, apesar do Sinpro ter surgido como consequência de um setor de professores que aderiu ao "sindicalismo oficial", não houve uma trajetória unívoca em relação ao Governo Vargas nos anos 1930. Essa reivindicação estava inserida no contexto em que os educadores brasileiros, no começo daquela década, estavam mais próximos dos profissionais liberais do que de uma categoria profissional organizada. O número reduzido de

escolas, o elevado índice de analfabetismo e a ausência da ampla maioria da população no acesso ao ensino colocavam os professores à mercê do ensino particular preparatório para os chamados "exames admissionais preparatórios".

Com o Decreto 19.890 de 1931, instituiu-se a Reforma Campos, projeto que garantiu uma enorme ampliação da educação no Brasil: implantou-se definitivamente o regime obrigatório de 5 anos de ensino fundamental e 2 anos de complementar; um registro provisório para os professores; e a previsão da criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras. O Estado passou a permitir a existência de escolas particulares mediante "requisitos mínimos" que, conforme salientou Ricardo Coelho, nem mesmo eram integralmente respeitados. Esses foram questionados pelo Padre Leonel Franca no Conselho Nacional da Educação de que "não poderiam ser tomados ao pé da letra". Segundo o autor, efetivamente não houve restrição ao crescimento do ensino particular durante o período, saltando de 41 estabelecimentos sob inspeção em 1931 para 105 em 1946, com aumento em especial das escolas confessionais.

Iniciava-se, então, um processo de modernização conservadora no Brasil, que resultou na "massificação e desqualificação do trabalho docente", no marco das necessidades do estado na qualificação da mão de obra no contexto de industrialização do país. Esse crescimento desordenado de escolas, em maioria particulares, gerou, por um lado, um mercado de trabalho para os professores, e, por outro, a ausência de garantias trabalhistas para a classe.

No dia 20 de junho de 1932, uma reunião no Sindicato estabeleceu alterações ao artigo 4º de seu estatuto, que abarcava a admissão de associados. A partir de então, definiu-se que todos os professores do ensino primário, secundário, profissional, comercial, dentre outros, poderiam se sindicalizar, desde que sua profissão já estivesse devidamente regulamentada conforme as legislações vigentes. É diante desse quadro que o sindicato muda seu nome para *Syndicato dos Professores do Districto Federal*. No mesmo ano, o Sinpro-Rio obteve, junto ao Ministério do Trabalho, Industria e Commercio, um anteprojeto de lei sobre a locação de trabalho do magistério particular: a legislação buscava assegurar direitos trabalhistas e previdenciários; jornadas de trabalho e as férias; critérios para

a remuneração do professorado, etc., simbolizando um grande avanço para a categoria que só viria a se concretizar na década seguinte.

Outra fonte primária encontrada desta conjuntura foi um conjunto específico de fotografias: um álbum de fotos dos presidentes do Sindicato desde a sua criação até meados dos anos 1984, além de e fotos da fundação do Sinpro, onde é possível identificar os membros da primeira diretoria.

A implantação de um sistema educacional no Brasil implicou em dificuldades na organização da luta dos professores: iniciou-se uma ampla mobilização em defesa de uma melhor coesão da categoria. Conforme apontou o professor A. Varzea na Assembleia Geral do dia 01 de outubro de 1933, o professorado só recorria ao Sindicato quando havia um interesse imediato, não havendo uma consciência de classe desenvolvida. Este docente defendia a difusão de um espírito de classe, buscando engajar a categoria. Tal cenário dialoga com aquele salientado por Cornélio Fernandes na Assembleia Geral do dia 05 de novembro de 1933: o ex-presidente do Sinpro afirmou que de braços cruzados nada se conquistaria e iniciou-se uma tentativa de ampliar os quadros internos. Os 46 associados em 1931 tornaram-se 318 em 1932, 396 em 1934 e 558 em 1935.

O Sinpro marcou presença na elaboração de um "Plano de Educação Nacional" para o anteprojeto da Constituinte de 1934, com um forte protesto no Teatro João Caetano naquele ano, a fim de pressionar a intransigência da patronal pelos direitos trabalhistas para os professores. Não foi vitorioso em obter conquistas diretas para a categoria, como a remuneração condigna e a estabilidade, porém a educação foi, pela primeira vez, reconhecida como um direito.

Ao longo dessa década, o sindicato foi se distanciando do varguismo, aliando-se à Aliança Nacional Libertadora – conformada por setores da burguesia nacional e o PCB em 1935 – e se aproximou da pecebista Confederação Sindical Unitária Brasileira, chegando a formular um projeto de "cooperativas de educação" com o Departamento de Educação do Rio de Janeiro que reverteria os lucros das mensalidades de Escolas Públicas para a organização sindical.

Uma forte repressão abateu-se sobre o sindicato durante o período de recrudescimento do Regime de Vargas que culminaria com a implantação do Estado Novo. A Carta Sindical dos professores foi cassada em maio de 1937, reduzindo o sindicato a três sócios pagantes; diretores são afastados; e, com a intervenção, inicia-se uma estreita colaboração com o Ministério do Trabalho.

Após uma década de muitos embates políticos e incremento da organização sindical do professorado, em 1940 os professores obtiveram importantes conquistas: o pagamento das férias, 12 meses de trabalho, a legislação de proteção e assistência, além da remuneração mínima. Contraditoriamente, algumas das principais reivindicações que caracterizam a atuação da luta dos professores nos anos 1930 foram finalmente garantidas a partir da intervenção estatal no Sindicato.

O decreto-lei nº 2028, de 22 de fevereiro de 1940, regulamentou oficialmente a profissão do magistério: garantiu-se o direito ao registro profissional; estabeleceu-se o limite de aulas, a jornada de oito horas, a proibição de trabalho aos domingos, a remuneração por aula e de horas extras; determinou-se a remuneração mínima, férias, carteira de trabalho, abono de dias de gala e de luto; etc. Algumas reivindicações históricas seguiram não sendo atendidas na época, como a gratuidade para os filhos dos professores nas escolas particulares, a data limite para o pagamento e a determinação do que é a "remuneração condigna" do professor, segundo a constituição de 1934. O Sindicato encarou a nova legislação como uma grande vitória e realizou uma homenagem ao Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão.

Avançando para a década de 1940, estudou-se uma carta redigida pelo então presidente do Sinpro-Rio, Petrônio Motta, para o presidente Getúlio Vargas no ano de 1940. Nesse documento, o presidente da entidade sindical denunciava o não cumprimento do decreto-lei acima citado. Denota-se a defesa intransigente dos direitos conquistados a partir das lutas do Sinpro daquele contexto. Em 1943, um novo nome é dado ao Sinpro, que passa a se chamar *Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro*. Nesse mesmo ano, o Sindicato teve sua Carta Sindical novamente reconhecida e, apenas em 1947, o primeiro Acordo Coletivo no contexto da redemocratização e uma alteração de

postura do empresariado a favor de uma repactuação nacional nos pós guerra.

Esses elementos de coerção e consenso, de perseguição dos setores radicalizados, de um lado e conquistas para a categoria, de outro, permitem uma hipótese – a ser confirmada em pesquisas futuras – de uma espécie de laboratório no interior do Sindicato para a forma de governar de Vargas que depois se afirmaria na CLT. O Sinpro foi palco efetivo da coerção e do consenso do varguismo, elementos da afirmação da hegemonia, segundo Gramsci, através da ampliação do Estado, demonstrando quão estratégica era essa categoria para a garantia de seu projeto de poder e da classe dominante brasileira.

Ainda sobre este período foram encontradas cinco edições de um pequeno boletim do Sindicato. Datadas do final de 1944 e início de 1945, as publicações de caráter bimestral tiveram uma breve circulação e apresentavam uma proposta similar ao que veio a se tornar posteriormente a "Folha do Professor": objetivava trazer informes sobre as atividades do sindicato e quaisquer temas de interesse da categoria. O Boletim também buscava divulgar "tópicos doutrinários" considerados relevantes ao professorado.

Uma nova posição, mais alinhada ao varguismo, caracterizou esses folhetins, que traziam uma homenagem a Vargas por sua posição em defesa das "aspirações do magistério em 1944": o presidente assumiu o compromisso de garantir um aumento na remuneração dos professores, enviando um telegrama com 500 assinaturas para a fixação do "salário condigno". Diante dessa pressão, em abril de 1945 foi publicada uma portaria que fixava a remuneração aos professores, garantindo um pagamento mínimo. Essas conquistas ocorreram em meio a uma onda de protestos e greves estudantis em 1945, no dia 8 de junho, que reivindicavam a retirada da portaria 204-A, permitindo aos colégios cobrarem taxas de inscrição. Em outubro do mesmo ano, Vargas foi considerado sócio de honra do Sindicato.

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) ficou conhecido pela linha dura no tocante ao movimento sindical: medidas como o decreto antigreve de 1946 são oriundas desse contexto. Ademais, inúmeras intervenções foram feitas nos sindicatos, o que resultou na atuação sob condições de clandestinidade por parte de várias entidades sindicais. Impactos repressivos foram sentidos na orga-

nização e mobilização dos sindicatos, quadro que só se reverteu quando Vargas voltou ao poder, em 1951.

Sobre os anos 1950, a historiografia aponta que, em meio a um restabelecimento gradual do regime democrático, os trabalhadores conquistaram uma participação importante no cenário político nacional. A organização da classe trabalhadora foi concretizada, assim como o fortalecimento do movimento sindical – inúmeros encontros entre entidades sindicais e importantes greves ocorreram nessa conjuntura. Sobretudo no segundo Governo Vargas (1951-1954), houve uma tentativa de aproximação aos sindicatos no marco de uma organização superior dos trabalhadores em relação às décadas anteriores. Buscando conter o caráter explosivo do sindicalismo, o controle estatal sobre os sindicatos assume outro caráter em relação ao Estado Novo. A principal fonte encontrada foi a primeira edição da "Folha do Professor". Autointitulado "boletim oficial" do sindicato, o jornal era distribuído para todos os professores sindicalizados, buscando dar maior transparência às atividades do Sinpro-Rio. O primeiro número do jornal, criado em 1959, apresentava a proposta do periódico, informando a categoria sobre as diversas realizações do Sinpro-Rio: as campanhas salariais, greves, convocações para assembleias, conquistas da luta sindical; os novos convênios oferecidos aos professores sindicalizados – de cunho médico, odontológico, jurídico, etc –; comemorações, como a do Dia do Professor; os benefícios da sindicalização; além de noticiar acontecimentos importantes no Brasil e no mundo, sobretudo ligados à temática da educação e do professorado. A década de 1950, que ficou reconhecida como o "período de ouro" do sindicalismo brasileiro, instaurou um cenário que veio a ser duramente reprimido com o golpe de 1964.

Figura 2: A primeira edição de A Folha do Professor



MOSLEY, Natasha. Primeira edição da Folha do Professor. 8 jul. 2024. Foto.

O contexto dos anos 1960 foi densamente estudado pelo Projeto Memória. A historiografia consagrou o início da década de 1960 como o ápice da luta por direitos, com numerosas mobilizações por parte de sindicatos e partidos políticos. A partir da análise de dezenas de edições da Folha do Professor, pôde-se tecer um entendimento amplo da atuação do Sinpro-Rio nesse período. Constatou-se que o periódico tinha um nítido objetivo de desenvolver vínculos com a categoria: apresentavam os membros da Diretoria e explicitavam o seu programa político e suas lutas. Ao longo desses anos, a Folha apresentou de forma transparente o posicionamento do Sinpro, que defendia, dentre muitas pautas, um alinhamento com outras categorias, a campanha salarial – que resultou em um aumento de 35% a 40%, ainda que reivindicassem 100% de aumento

–, uma maior integração entre países latino-americanos, o combate ao analfabetismo, considerado um mal a ser combatido urgentemente, dentre outros temas.

Esse cenário de avanço democrático foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964: muitos historiadores definem a ruptura antidemocrática como a cessação de uma onda de conquistas sociais e trabalhistas. Sobre essa conjuntura, entrevistas com diretores sindicais foram realizadas visando obter informações específicas sobre a atuação do Sinpro no período. O instrumento da História Oral revelou quais elementos são destacados pelos entrevistados como mais relevantes nos 93 anos da fundação do Sinpro. Ao relatarem suas experiências pretéritas, depreendeu-se que a memória constituiu um fenômeno ativo de reconstrução, ao invés de um simples resgate do passado: isto é, ao relembrar suas atuações passadas, os membros entrevistados reconstruíram suas trajetórias, no tempo presente.

Luiz Edmundo Aguiar, diretor do Sindicato que participou de diversos momentos chaves dessa história, ressaltou o papel do Sinpro-Rio na resistência contra a instauração da ditadura. Ele aponta que existem poucos registros, mas é um fato presente na memória de muitos daqueles, anteriores a ele, que participaram dessa luta:

> Foi um Sindicato muito importante na resistência ao golpe. Ele não funcionava aqui, inclusive: o sindicato ficava em um prédio na esquina da Rua Evaristo da Veiga com [a] 13 de Maio. Tentou-se invadir o sindicato algumas vezes. Pouca gente sabe dessa história: que alguns diretores resistiram assim bravamente à sua invasão, alguns até de arma na mão.

A ditadura instaurou uma política econômica anti-trabalhista, marcada pelo arrocho salarial, pelo fim da estabilidade do emprego e pela exploração dos trabalhadores. O relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta que a classe trabalhadora, juntamente ao movimento sindical, constituíam os principais alvos da ditadura. O regime militar agiu de forma a enfraquecer a atuação dos sindicatos: foram empreendidas medidas de repressão à luta sindical, como intervenções e invasões às sedes das entidades e organizações políticas; perseguições; prisões arbitrárias; tortura de sindicalistas considerados subversivos; proibição de

greves; ameaça de demissão por participação em assembleia; violações de direitos humanos, etc. O objetivo era instaurar a repressão aos setores radicalizados e disputar o sentido de existência dos sindicatos para a massa dos trabalhadores e, principalmente, intensificar sua faceta assistencialista: isto é, transformá-los em organismos voltados para promover o acesso ao consumo e a serviços diversos, de modo a mitigar suas lutas e resistências.

Outros documentos do período ditatorial também foram encontrados e analisados, como as atas de reuniões da diretoria. Denotou-se, de imediato, o caráter restrito delas: eram, em sua maioria, curtas e breves, com poucos detalhes sobre os temas abordados. Em muitos casos, apenas afirmava-se que foram "lidos e comentados vários ofícios". Tendo obtido acesso às atas referentes às reuniões de 1964 até 1972, constatou-se que o Sinpro-Rio sofreu intervenções durante a ditadura civil-militar.

Na ata do dia 15 de junho de 1964 – a primeira do período ditatorial – relata-se que um conjunto de materiais do sindicato, guardados em um cofre, foram recolhidos por "oficiais incumbidos" de realizar tal tarefa. Já nas eleições para a diretoria de 1969-1971, verificou-se que o presidente eleito, Affonso Saldanha, foi impedido de tomar posse: justificou-se tal interdição com base no artigo nº 530 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), e seu nome havia sido fichado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Os demais membros da diretoria eleita – Edenildo Dias de Oliveira, Humberto Pessoa Bezerra Cavalcante e Carlos Teixeira – também foram proibidos de serem empossados. Diante desse quadro, foram eleitos, em "escrutínio secreto" pelos suplentes, a diretoria composta por Luiz Gonzaga Carneiro, José Monrevi Ribeiro, Geraldo Batalha, Isnard da Costa Araújo e Pedro Lamartine Rocha. Vale ressaltar que a legislação previa o comparecimento obrigatório dos sindicalizados nas eleições de diretoria, que contavam com a participação massiva de associados: cerca de 800 pessoas votavam em tais eleições.

Alguns documentos demonstram que existiu alinhamento do Sindicato ao regime militar a partir da intervenção. Em 25/10/1969, consta em ata que a diretoria decidiu "enviar ao novo presidente da República – Médici – votos de congratulações, bem como ao ministro Jarbas Passa-

rinho pela sua investidura no Ministério da Educação e da Cultura". Em 19 de dezembro desse mesmo ano, há um agradecimento da embaixada dos Estados Unidos da América em nome dos professores William H. Simons e Mary Ellen Riordan, sindicalista e adida ao Brasil pelo Departamento de Estado Norte-americana no programa "union-to-union" no interior do "Agency for International Development" (USAID) que visitaram a sede do sindicato, desejando a Luiz Gonzaga Carneiro "votos para o sucesso sempre crescente desse sindicato". Em carta assinada pelo Almirante Garnier Sampaio em 16 de outubro de 1970, a associação dos Diplomados do Instituto Superior do Mar envia ao presidente do Sindicato um pedido de colaboração para uma Revista especializada em vista às iniciativas "que visam interesse de nossa pátria" e colocando sua admiração pessoal por Carneiro: "Conhecendo de perto o pensamento de VV. SS., tão afeito às iniciativas que visam os interesses de nossa Pátria, esperamos confiantes que saberão compreender a nossa pretensão".

Há uma leitura comum nos jornais posteriores de que mesmo com todas as contradições, a gestão Carneiro impediu um controle diretamente militar no Sindicato, evitando uma derrota ainda maior para a categoria. "A Folha do Professor" é uma fonte em que consta uma profunda alteração da linha política concernente a esse processo de intervenção em que é possível observar alguns efeitos diretos.

O caráter informativo da "Folha do Professor" ganha relevo em 1970, prometendo atualizar os professores diante das mudanças sociais: "manter o professor bem informado, atualizado com os problemas educacionais e, destacadamente, consciente do importante papel que representa no processo de mudança que a sociedade permanentemente sofre". Ao longo desses anos, o jornal exprime um projeto claro de sociedade, posicionando-se em defesa da reforma do ensino e de pautas trabalhistas e sociais – como o combate ao analfabetismo e à miséria extrema. Além disso, o debate jurídico e econômico ganha destaque em relação ao político. O progressismo que o jornal nunca deixou de refletir adicionou-se à reivindicação do ensino científico, o acesso à informação e a formação técnica dos professores. Em março de 1971, o Sindicato defendeu uma reforma de ensino que visava instaurar uma educação técnica de capacitação profissional de jovens, para impulsionar a industrialização e o

desenvolvimento do Brasil. Há uma semelhança entre esse projeto e o sentido da própria intromissão nos sindicatos, num esforço de fortalecer o projeto educacional tecnocrático da ditadura em busca de uma sociedade urbano-industrial inserida na periferia do sistema capitalista:

> o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1° e 2° graus, pois ambas tinham com escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar a educação no âmbito do regime militar foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o slogan "Brasil Grande Potência".

Elementos conservadores também ganham seu espaço na Folha do Professor, como na matéria "Otimismo e fé" do Professor Petrarca Maranhão, em outubro de 1970, em que defende o ensino de construção moral e cívica nas escolas (proposta de Médici) para desenvolver o espírito cívico, o patriotismo e o país.

A própria defesa da condição econômica dos professores, elemento constante em toda a história, demonstra nesse momento a visão que o sindicato possuía sobre a categoria, apostando na integração dos professores à vida comunitária pela via da ascensão econômica. A defesa dos salários e condições de trabalho se justificava para "possibilitar uma integração maior numa sociedade de consumo para comprar mais, usufruir mais dos lazeres, enfim, participar melhor da vida comunitária". Essa visão de professor-consumidor alinha-se à perspectiva assistencialista adotada por essa Diretoria nesse período. Os convênios – amplamente divulgados nas edições da Folha do Professor ao longo dos anos 1960 e 1970 – evidenciam esse cenário: aos sindicalizados seriam assegurados planos odontológicos, descontos em restaurantes e em empreendimentos comerciais, cursos de formação continuada, assinaturas em iniciativas culturais (como cineclubes), etc.

O Sindicato, portanto, foi progressivamente caudatário de um projeto de educação similar ao propagado pela ditadura, ainda que se mantivesse crítico dos baixos salários, da desvalorização dos professores e da educação em geral. A matéria *Magistério e segurança social* é ilustrativa dessa posição que mescla a ideologia do regime militar à defesa profissional dos professores. A Folha defende a necessidade da educação "satisfazer as necessidades de desenvolvimento econômico e social". Isso somente seria alcançado com a valorização dos professores em um combate por "medidas de seguridade social". Assim como essa, muitas outras matérias da Folha do Professor nos anos 1970 vão no mesmo sentido, formulando um projeto para influenciar o regime militar a inserir os professores na equação do crescimento brasileiro.

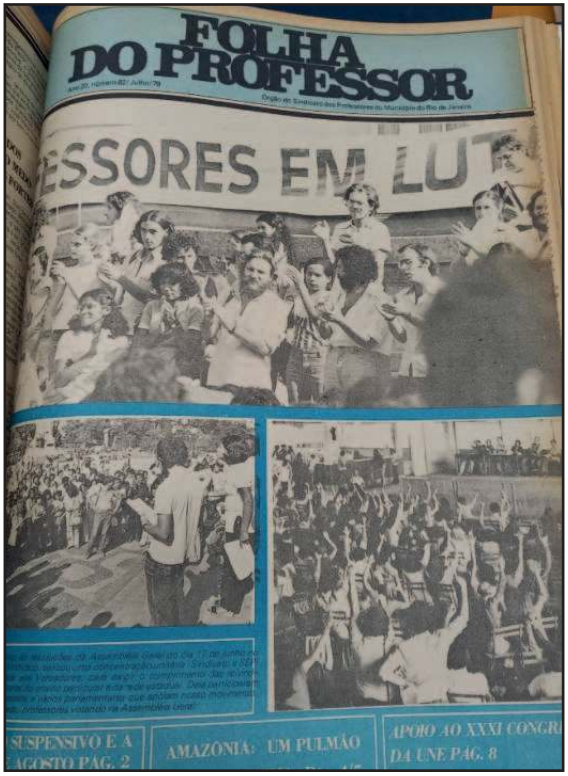
O projeto educacional instaurado na ditadura civil-militar tornou obrigatório a presença na escola de 7 a 14 anos, incrementando rapidamente o quantitativo de matriculados. Também torna o ensino ginasial predominantemente técnico e a amplia o ensino superior, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a indústria. Esse projeto altera toda a base educacional, resultando no surgimento de uma categoria profissional praticamente nova durante os anos de chumbo.

A formação profissional foi pautada na reforma universitária de 1968, que permitiu a formação pelo Ensino Superior de uma parte da categoria que daria aula para o ensino secundário e das escolas normais, destinada à formação do professor primário. Dadas as novas necessidades, a categoria dos professores se estende rapidamente em um fenômeno denominado de "proletarização dos professores":

> A extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos ocasionou a rápida expansão quantitativa da escola fundamental, exigindo, para o seu atendimento, a célere formação dos educadores, o que se deu de forma aligeirada. A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico, tanto é que o fenômeno social das greves, entre as décadas de 1970 e 1980, teve como base objetiva de manifestação a própria existência material dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus.

Nesse contexto educacional, com a crise econômica, o regime militar e o ascenso operário, em 1978 o Sinpro-Rio finalmente rompe com o modelo de sindicato que seguiu na década de 1970. Novas eleições ocorrem nesse ano, com a vitória da chapa liderada por José Monrevi, com grandes greves em 1979 que abrem um momento de lutas na categoria, alinhado à luta pela abertura democrática, à anistia e aos demais setores em luta, conquistando mais de 4300 associados de 1978 a 1981.

Figura 3: Folha do Professor na Greve de 1979



MOSLEY, Natasha. **Capa de Jornal durante a greve de 1979.** 8 jul. 2024. Foto.

A greve de 1979 se caracterizou como um momento de grande inflexão para os docentes. Os professores do SENAI e do 1º e 2º graus conquistam demandas mediante greves, com reajuste de 63% no primeiro caso e, no segundo, de 56%, aumento de 80% do piso, e estabilidade de 60 dias após

o término do auxílio natalidade para a professora gestante. O mesmo não se deu com os professores universitários que também entraram em greve, mas tiveram um encaminhamento desfavorável mediante decisão do TST.

Figura 4: Entrevista com Gustavo Cornélio



FARIA, Julia. **Entrevista com Gustavo Cornélio.** 19 ago. 2024. Foto.

A retomada do Sindicato e a greve de 1979 são momentos destacados como um dos principais marcos da história da luta dos professores por Gustavo Cornélio, diretor do Sinpro-Rio, que há décadas constrói as lutas da categoria, entrevistado pelo Projeto Memória:

> Fazíamos a assembleia na Concha Acústica da UERJ de 3 mil, 4 mil, 5 mil pessoas. Quando chovia, íamos para o auditório fechado. Também tinha esse número. E uma das marcas foi a forte organização do movimento e a atuação desse movimento nas bases.

O Sindicato participou da fundação de uma Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE), alternativa àquela que existia

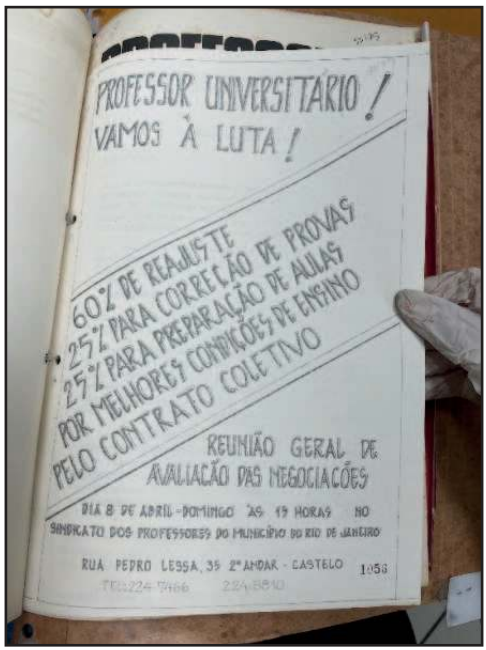
no momento, considerada "pelega", a Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Participou, também, da criação da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em agosto de 1981, criada pelo PCB em oposição à fundação da CUT. Esse também é o momento em que o Sinpro-Rio conquista uma nova sede em Campo Grande e amplia suas bases para outros territórios. Dilson Ribeiro da Silva, que atua no local como delegado sindical relatou em entrevista que:

> O Sindicato, na verdade, até 1980, existia para os professores aí da Zona Sul, do Méier para baixo, Tijuca. Não por falta de vontade, mas porque não havia condições mesmo. E aí, o professor Monrevi Ribeiro enxerga isso e começa a incentivar a criação de uma subsede aqui na região. E em 1980 é criada a subsede de Campo Grande do Sinpro-Rio: subsede importante que existe até hoje. E é por aqui – pela subsede de Campo Grande – que concretizamos, em maio de 2002, a extensão de bases para os municípios de Itaguaí, Seropédica e Paracambi.

A piora nas condições salariais ao longo na década de 1970 também foi parte dessa mudança subjetiva da categoria em direção à mobilização e à retomada do Sindicato. Comparando o piso dos professores em relação ao salário mínimo, denota-se uma trajetória de elevação de 1965 a 1970, com leve queda em 1971, nova elevação em 1972-1974, demonstrando que o alinhamento parcial ao regime político obteve conquistas econômicas para os professores durante o período do "Milagre Econômico". Entretanto, o arrocho salarial não demorou a se expressar novamente, com forte queda de 1976 a 1978, caindo a um nível abaixo dos recebimentos do fim da década anterior, de 1969.

Com as greves, a alteração da diretoria e a reorganização sindical de 1979 a 1981, os professores conquistam uma alta histórica, inédita para a categoria na série histórica. A aposentadoria especial é outra conquista do período, com a redução de 5 anos nos professores da rede pública e de 30 anos de trabalho para os homens e 25 para as mulheres na rede privada.

Figura 5: Campanha salarial de 1979



MOSLEY, Natasha. **Campanha Salarial de 1979.** 8 jul. 2024. Foto.

A Comissão de Mulheres do Sinpro-Rio é outra grande alteração da categoria nesse momento, demonstrando a efervescência dos debates políticos e ideológicos do período em que transbordavam as questões econômicas/salariais. Foi criada em 1980, levando a questão da mulher-professora para diversos espaços criados na redemocratização do país, como assembleias da categoria, o Congresso da Mulher, na III Conferência Brasileira de Educação e na Confederação dos Professores do Brasil – CPB. Temas como a discriminação da professora no mercado de trabalho e a educação diferenciada dada às mulheres eram amplamente pautados, assim como as diversas participações no 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Uma proposta de modificação na CLT – no que diz respeito à creche – foi enviada à CONCLAT de 1981. Em 1983 foi realizado o curso "Os Estereótipos Sexuais na Educação" analisando os materiais de literatura infantil, livros didáticos e brincadeiras para entender como a edu-

cação encaminha homens e mulheres para papéis sociais diferentes. A Comissão também contribuiu no Seminário sobre direitos reprodutivos e na Comissão Especial dos Direitos da Reprodução, em 1985, junto às mulheres parlamentares, intelectuais e trabalhadoras da área da saúde.

A pauta da anistia, a oposição ferrenha à ditadura militar, a redemocratização marcam a "Folha do Professor" nos anos 1980, além da sindicalização de outras categorias de professores, como os docentes da UERJ e da rede municipal de ensino. A greve de 1987 é considerada por muitos dos atuais dirigentes sindicais como uma das principais da história: a partir dela, conquistou-se uma convenção coletiva no nível superior que é referência nacional – até a atualidade –, por abranger cláusulas de conquistas importantes que permanecem até hoje, tal como a gratuidade para filhos nas escolas particulares de atuação dos professores.

Luiz Edmundo Aguiar destacou a convenção arrancada pela força da mobilização dos professores como um marco para o Sinpro-Rio:

> Em 1984 pra 1987 – eu me orgulho muito disso – foi um marco a gente ter conseguido o que é considerado até hoje a melhor Convenção Coletiva de Trabalho, do Ensino Superior, que serve até hoje de modelo para o Brasil inteiro. Os patrões são doidos para tirar. Ali foi um negócio complicado. Nós fizemos até um filme recentemente e eu fui entrevistado para falar um pouco dessa luta. Essa greve também foi considerada legal, durou 31 dias. Nós ganhamos na Justiça e permanecemos paralisados até que os patrões desistissem de recorrer da decisão. Foi de uma ousadia absurda, porque a própria Justiça poderia falar: "Já concedi, vocês não querem? Vou tirar". E permanecemos em greve até que saísse o primeiro salário. Então foi uma greve muito vitoriosa.

Essa luta não veio sem custos para os trabalhadores: o entrevistado relata que, após a greve se encerrar, os patrões se organizaram para demitir e impedir a contratação da principal vanguarda da mobilização: "Custou no final do ano a demissão de 400 professores, em 1987, inclusive a minha, embora tivesse estabilidade sindical".

Figura 6: Entrevista com Mario Maturo



FARIA, Julia. **Entrevista com Mario Maturo.** 19 ago. 2024. Foto.

Nesse mesmo sentido, Gustavo Cornélio destaca o quanto esse acordo é referência para as demais organizações sindicais docentes do país:

> "O sindicato tem peito, o sindicato tem força. Isso nós ajudamos a construir. Esse sindicato é respeitado. Tem o melhor acordo do ensino superior do Brasil, os outros sindicatos morrem de ciúme do nosso acordo. No bom sentido e no péssimo sentido".

João Jorge, militante histórico e atual vice-presidente do Sinpro-Rio, destaca que de 1987 a 1993 a sindicalização dos professores deu um salto:

> "O grande marco mesmo, de crescimento desse sindicato em termos numéricos, da gente ter um número de associados significativo, foi as três gestões do Gilson Puppin. Nas três gestões dele nós fizemos 10 mil sindicalizações".

O Sinpro-Rio também atuou de maneira notória na Constituinte de 1988, que conquistou os gastos mínimos de estados, municípios e a união e a universalização do ensino no Brasil.

Figura 7: Entrevista com Leila dos Santos Azevedo



FARIA, Julia. **Entrevista com Leila dos Santos Azevedo**. 23 set. 2024. Foto.

Nos anos 1990, o Sinpro sofreu com esvaziamento que rondou todos os sindicatos do país durante a conjuntura neo-liberal. Em 1990, uma greve conquista 251,56% por cento de aumento para os professores do ensino superior, com paralisação total de 3 instituições, como PUC, Estácio e Gama Filho e outras que aderiram parcialmente. Manteve no início dos anos 1990 o trabalho do CEMMA, criado em 1984 para debater e divulgar debates na área de ciências sociais. O Sinpro-Rio também desenvolveu debates educacionais para inserir-se nessa conjuntura, como 1º seminário de educação em 1989 e o 2º em 1990. Segundo Tânia Mittelman (2018), o Sindicato oficializa nesse momento sua entrada na CUT a partir do I Consinpro e adota progressivamente uma postura próxima ao assistencialismo, oferecendo lazer, convênios e assistência jurídica como meios de se aproximar do professorado em um contexto de refluxo do movimento sindical.

Tendo em vista a duração de 6 meses prevista para a realização dos trabalhos, o Projeto Memória delimitou, como recorte temporal de estudo, o período que se estende de 1931 – ano de fundação do Sinpro – até 2000, ano que remata uma conjuntura marcada por importantes lutas e conquistas experienciadas na década de 1990. Atualmente, está sendo

esquematizada uma amostra temporária dos trabalhos realizados até o momento como parte das comemorações do Dia do Professor. Almeja-se expor, em formato de painéis, os resultados preliminares, assim como cópias de documentos analisados e fotografias das entrevistas e dos ofícios realizados pela equipe. Mais adiante, planeja-se estruturar um espaço dedicado à montagem de um memorial do Sinpro-Rio, onde será erguida uma linha do tempo com a trajetória das lutas e conquistas do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região no esforço de inserir a entidade sindical como importante sujeito histórico da História do Brasil.

Compreende-se, principalmente a partir das entrevistas de História Oral, a relevância dos trabalhos efetuados pelo Projeto. A Memória, para o teórico alemão Andreas Huyssen, é um fenômeno ativo, que deve ser constantemente reconstruída. Com a participação de membros do Sinpro em diversos estágios da pesquisa, foi possível realizar uma reconstrução da memória do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região de forma dialógica: isto é, combinando a experiência vivida pelos sindicalistas traduzidas em lembranças com o conhecimento técnico e historiográfico dos pesquisadores do Projeto Memória. Desse modo, foi possível incluir a comunidade membra do Sinpro-Rio como participante ativa na reconstrução de sua memória – trabalho este que deve ser constantemente reatualizado.

Bibliografia

Fontes documentais:

Ata de 25/10/1969 in **Livro de atas da reunião de diretoria 1964 a 1972**.

ARRUDA, Lúcia. Presidente da Comissão Especial dos Direitos de Reprodução. **Comissão Especial dos Direitos da Reprodução**. 17 junho de 1985. Arquivo número 1845. Arquivos Sinpro-Rio.

CAMPOS, Cleonice Siqueira, Assistente de Programa do Escritório do Adido do Trabalho. [**Correspondência**]. Destinatário: Luiz Gonzaga Carneiro. Embaixada dos Estados Unidos da América. n.634. Documentos diversos/secretária. 1966/1985.

Folha do Professor. Cumprindo sua missão. p.1.mai. n.17. 1970.

Folha do Professor. Decreto amplia campo de ação dos Sindicatos. p.7. n.20. ago. 1970

Folha do Professor. out/nov. n. 22/23. 1970.

Folha do Professor. MARANHÃO, Petrarca. "Otimismo e fé". outubro/novembro de 1970.n.22/n.23

Folha do Professor. nov/dez. 1990

Folha do Professor. mar. n. 27. 1971.

Folha do Professor. Eleições à vista. Abril/Julho. n. 40. 1972.

Folha do Professor. jan. fev. n. 52. 1975.

Folha do Professor. mar. n. 88. Editorial. p. 3.1980.

Folha do professor. jun. n. 102. 1981.

Folha do Professor. Três anos de lutas e conquistas. p.7. jul. n.103 1981.

Folha do Professor. abr. n.100. 1981.

Folha do Professor. 52 anos de luta, 52 anos de história.mai/jun, n. 116. 1983.

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, **Comissão da Mulher**, S/Data. Arquivo número 1918. Arquivos Sinpro-Rio. 1

GARNIER, Hélio. [**Correspondência**] Associação dos diplomados do Instituto Superior do Mar à Luiz Gonzaga Carneiro. 16/10/1970.

GONZAGA, Carneiro [**Correspondência**]. Destinatário: Jarbas Passarinho. 1970.

Referências bibliográficas:

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, v. 34, n. 02, p. 157-168, 2012.

BRÁS, José Viegas; GONÇALVES, Maria Neves; DUARTE, Rosa Serradas. Reseña de" Associativismo e sindicalismo em educação. Organização e lutas." de Dal Rosso, S.(org.). **Revista Lusófona de Educação**, n. 18, p. 195-197, 2011.

COELHO, Ricardo B Marques. **O Sindicato dos Professores e os estabelecimentos particulares de ensino no Rio de Janeiro 1931-1950**. 1988. 215 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

_____. Os" inimigos da pátria": repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). Revista Brasileira de

História, v. 34, p. 13-37, 2014.

DALLABRIA, Norberto. **A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago, 2009.

DAL ROSSO, Sadi; DE LIMA LÚCIO, Magda. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. **Universidade e Sociedade**, v. 14, n. 33, p. 113-125, 2004.

_____; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago, 2011.

DOS SANTOS, Irene da Silva Fonseca; PRESTES, Reulcinéia Isabel; DO VALE, Antônio Marques. BRASIL, 1930-1961: ESCOLA NOVA, LDB E DISPUTA ENTRE ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PRIVADA. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p. 131-149, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. p. 468.

FARIA, Adriano; BAUER, Carlos. A atuação do Sindicato dos Professores do Município do Rio De Janeiro e Região (Sinpro-Rio) de 1931 a 1945.

FERREIRA Jr. Amarilio; BITTAR Marisa. **A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. p. 1166.

_____; _____. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 333-355, 2008.

FRANÇA, Teones. Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997): rupturas e continuidades. **Lutas & Resistências**, Londrina, n. 2/3, p. 110-122, 2007.

GABRIEL, André Luís. História da gênese do Sindicato dos Professores

do Rio de Janeiro (SINPRO-Rio) em tempos de modernização conservadora do capitalismo no Brasil (1871–1931). Tese de Doutorado – UNINOVE. São Paulo, 2022, p. 294.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007, v. 3, c. 1, § 47, p. 119.

_____. Cadernos do cárcere: temas de cultura: ação católica: americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 2.ed. v. 4. P.21.

GREGÓRIO, Mariany. Sindicalismo de Estado e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). **Em Debate**, n. 3, p. 103-119, 2007.

HUYSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. *In*: _____. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, p. 9-40, 2000.

KANG, Thomas. Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil (1930–1964). **Latin American Research Review**. 2017; 52(1), pp. 35-49.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MITTELMAN, Tania. **A trajetória do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio): Da redemocratização ao neoliberalismo (1985-1999)**, UFF: 2018.

NEGRO, Antonio Luigi; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. Trabalhadores e Ditadura. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 5-8, 2014.

RÊSES, Erlando da Silva. Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro. 2011.

_____. De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor. **Sociedade e Estado**, v. 23, p. 487-489, 2008.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**; Ribeirão Preto, p. 15-30, 1993.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 279-309, 2008.

_____. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 33, 2014.

VAZ, Marta Rosani Taras. A produção acadêmica sobre sindicalismo docente: teses e dissertações. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 10, n. 3, p. 339-352, jan. 2022.

XAVIER, Libânia Nacif. Contribuições ao estudo do associativismo docente. **Pro-Posições**, v. 30, p. e20180013, 2019.